

Resumo de notícias econômicas

03 de dezembro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 227

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 03 DE DEZEMBRO DE 2021

- Com o agro em baixa, PIB cai e Brasil entra em recessão técnica
- Cenário é resultado de aumento de incertezas
- Crise hídrica derruba o agro e prejudica a indústria
- Ser compra 3ª startup de educação no ano
- Delatora do Facebook volta a pedir regulação da rede
- DAYCOVAL ASSET introduz viés de baixa do PIB de 2021
- Maioria dos ministros vota para manter novo marco legal do saneamento
- AÇO BRASIL: consumo aparente vai crescer 24,3% em 2021, para 26,7 mi de toneladas
- PEC dos Precatórios passa e viabiliza Auxílio Brasil de R\$ 400
- Refis: Relatório exige entrada menor e parcelada
- Ministros do STF mantêm validade do novo marco de saneamento
- Vitrine do governo, crédito imobiliário da Caixa fica mais caro

Com o agro em baixa, PIB cai e Brasil entra em recessão técnica (03/12/2021)

O Estado de S. Paulo.

A falta de chuva no campo, com quebra de safras, e a indústria afetada por gargalos nas cadeias de produção prevaleceram sobre os efeitos positivos da vacinação contra covid-19. Com isso, a economia brasileira ficou estagnada no 3.º trimestre do ano, informou o IBGE. O PIB do País registrou queda de 0,1%, após ter recuado 0,4% no trimestre anterior, levando o Brasil a uma “recessão técnica” – caracterizada por dois trimestres seguidos de retração do PIB. A vacinação em massa contribuiu para que o setor de serviços e o consumo das famílias crescessem no trimestre.

Para este quarto trimestre, analistas de mercado esperam crescimento de 0,2%, fechando o ano com avanço de 4,7% ante 2020, segundo pesquisa do Projeções Broadcast. Mesmo assim, o desempenho do segundo e do terceiro trimestres coloca a economia em “recessão técnica”, como os economistas classificam dois trimestres seguidos de retração no PIB. Para Paulo Picchetti, membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da FGV, os dados confirmam um quadro de “estagnação consolidada”. Segundo ele, o PIB viveu uma crise em “V” na pandemia, com forte queda, seguida de rápido crescimento e, agora, retorna à estagnação. O grupo datou o início da recessão no segundo trimestre de 2020, mas não definiu seu fim.

No terceiro trimestre, o avanço da vacinação e a continuidade da normalização do funcionamento de salões de beleza, consultórios médicos, bares e restaurantes contribuíram para o desempenho positivo do setor de serviços, que cresceu 1,1% em relação ao segundo trimestre. Puxado pelos serviços, o consumo das famílias cresceu 0,9%. Para quem teve a renda menos afetada pela crise, a simples reabertura desses negócios já leva a um aumento do consumo. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, os serviços crescem porque “as famílias migrarem do consumo de bens para o consumo de serviços”. Isso se refletiu na disparidade entre a atividade de “outros serviços”, que inclui muitos dos negócios presenciais e que cresceu 4,4% no terceiro trimestre, e o comércio, que encolheu 0,4%.

Na visão de Gilberto Tadeu Lima, pesquisador da USP, o quadro foi agravado pela indefinição, desde 2020, dos rumos do auxílio emergencial. O benefício foi reduzido no

fim do ano, demorou a ter a renovação garantida em 2021, chegando a ficar suspenso nos primeiros meses deste ano e, agora, o governo foca no Auxílio Brasil.

Cenário é resultado de aumento de incertezas (03/12/2021)

Broadcast

O resultado do PIB para o terceiro trimestre revela perda de impulso da economia após ampla vacinação e normalização da mobilidade. Com riscos domésticos ampliados e restrições de oferta impulsionando pressões inflacionárias, a confiança se abateu. O aumento das incertezas contribuiu para o desempenho decepcionante do PIB.

Do lado da oferta, houve a persistência das restrições logísticas e de insumos para a indústria, além da escassez de energia. A quebra da safinha por problemas climáticos e as restrições de importações de carne por parte da China derrubaram o PIB agrícola. Do lado da demanda, o freio das exportações agropecuárias retirou a contribuição positiva do setor externo. O consumo das famílias contribuiu positivamente, refletindo a dicotomia entre a recuperação mais acentuada dos gastos com serviços e o enfraquecimento da demanda por bens.

A recuperação do mercado de trabalho, a expansão do crédito e o consumo da poupança acumulada na pandemia deram sustentação ao consumo, alimentando em alguma medida o processo inflacionário. O bom desempenho da construção civil, na esteira das taxas de juros reais negativas e do impulso da busca por melhores condições de moradia na quarentena, ajudou a evitar uma retração mais forte nos investimentos.

Para os próximos trimestres, a recuperação do mercado de trabalho, especialmente na construção e em serviços, deverá amortecer o impacto do ciclo de aperto monetário, permitindo modesto crescimento em 2022. A safra de grãos, após saldo positivo de chuvas no plantio, tende a ser fortemente positiva. O ciclo positivo – e mais longo – da construção e a exportação de commodities são fatores menos cíclicos que ajudarão a sustentar atividades, especialmente nos próximos dois a três trimestres.

Contudo, os efeitos defasados da política monetária apertada e da deterioração das condições financeiras se somarão aos riscos fiscais e inflacionários, comprometendo com mais intensidade o segundo semestre de 2022. Para 2023, esgotadas as fontes de crescimento não cíclico e inercial do ano anterior, estimamos que os efeitos defasados do aperto monetário deverão prevalecer, levando à retração da atividade econômica.

Crise hídrica derruba o agro e prejudica a indústria (03/12/2021)

Broadcast.

Se a retomada do consumo de serviços impulsionou o setor no terceiro trimestre, choques de oferta na agropecuária e na indústria foram decisivos para o desempenho negativo do PIB como um todo. A seca histórica que atingiu o País no inverno leva boa parte da culpa. Por causa da estiagem, a agropecuária registrou queda de 8% sobre o segundo trimestre, pior resultado nessa base de comparação desde o primeiro trimestre de 2012, quando a queda foi de 19,6%. Além da seca, que golpeou em cheio a segunda safra de milho, o inverno foi marcado por geadas que atingiram as plantações de café e os canaviais. “O terceiro trimestre nos lembrou de que a atividade agropecuária é inerente aos efeitos do clima”, disse o coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon.

O terceiro trimestre, normalmente, é mais fraco para a agropecuária. Isso ocorre porque a principal cultura do País, a soja, é colhida, principalmente, no primeiro trimestre, gerando impactos econômicos concentrados na primeira metade do ano. Tanto que o desempenho no ano como um todo deverá apresentar crescimento, porque a soja passou mais ou menos ilesa pela estiagem, lembrou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O tombo na atividade agrícola no terceiro trimestre foi resultado da combinação da saída dos efeitos econômicos da safra de soja com o fato de praticamente todas as principais culturas típicas do período terem sido atingidas pelo clima. Segundo o IBGE, o mau desempenho da agropecuária foi influenciado por perdas de café, algodão, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária, especialmente na criação de bovinos.

Para 2022, as perspectivas são melhores, porque as chuvas começaram no momento certo, em outubro, e têm vindo em volume positivo em relação às médias históricas. Por outro lado, escassez e encarecimento de insumos, agravados pelas elevadas cotações do dólar, que abalam a indústria desde o início da pandemia, poderão atrapalhar também a safra de 2021/2022, disse Conchon.

A crise hídrica também atrapalhou a indústria. O PIB industrial teve variação nula no terceiro trimestre ante o segundo, puxado para baixo pela atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, que recuou 1,1%. Isso porque a geração de

eletricidade encareceu. Segundo Rebeca Palis, do IBGE, a crise de energia ajudou a puxar o PIB brasileiro para baixo nos últimos dois trimestres.

Ser compra 3ª startup de educação no ano (03/12/2021)

Broadcast

A Ser Educacional comprou a edtech (startup de educação) Delinea por R\$ 20 milhões. O grupo completa R\$ 100 milhões investidos em três aquisições em 2021. O acordo reforça a nova frente de atuação da Ser, que passará a produzir conteúdo para vender a outras empresas. Entre as ofertas que virão da Delinea estão infográficos interativos, games e realidade virtual aumentada. Segundo Jânio Diniz, presidente da Ser, a ideia é atender a um mercado em expansão: o das escolas especializadas em ensino superior tradicional que querem crescer em cursos livres. Fundada em Santa Catarina, a Delinea tem 13 mil produtores de conteúdo, 230 mil horas de aulas disponíveis e 17 mil materiais catalogados. Em 2020, sua receita foi de R\$ 6 milhões.

Ao mesmo tempo em que expande a nova frente de receitas, a Ser espera manter o faturamento de suas universidades, que têm 240 mil alunos, mesmo vendendo aulas para a concorrência. Isso porque, diz Larissa Kleis, sócia da Delinea, o conteúdo é produzido de acordo com a linguagem de cada cliente.

Entre as empresas atendidas pela Delinea estão Ânima, Uniasselvi e Mackenzie. Para Rodrigo Alves, diretor de relações com investidores da Ser, haverá ganhos de sinergia, já que, nos últimos três anos, a empresa gastou mais de R\$ 40 milhões com produção e compra de conteúdo – valor que agora será poupado.

Além de cortar esse gasto, a Ser vai faturar com as aulas e com a plataforma de gestão e produção de conteúdo em modelo Saas (software as a service). Poderá também usar os 6 mil professores da rede nessa nova frente. Segundo ele, os negócios adquiridos pelo grupo saíram de uma margem de lucro operacional de 5% a 10% para 35%.

Delatora do Facebook volta a pedir regulação da rede (03/12/2021)

Reuters

Frances Haugen, delatora do Facebook, voltou a pedir regulação da rede social e de outras grandes empresas de tecnologia diante de congressistas americanos. Ontem,

a ex-funcionária da rede social participou de audiência do Comitê de Energia e Comércio da Câmara dos EUA. A audiência faz parte de uma série de debates sobre mudanças na Seção 230, lei de 1996 que regula a liberdade de expressão e a moderação de conteúdo na internet. “O Facebook pode mudar de nome, mas, a menos que mude seus produtos, continuará a prejudicar a segurança de nossas comunidades e a ameaçar a integridade de nossa democracia”, afirmou ela, em seu discurso em referência à mudança de nome do Facebook para Meta.

Há, entre congressistas democratas e republicanos, consenso de que a lei precisa ser alterada para responsabilizar as grandes empresas de tecnologia sobre a forma como os conteúdos são distribuídos nessas plataformas.

Porém, há divergências sobre a essência do que deve motivar a regulação: republicanos se preocupam principalmente em questionar restrições a conteúdos e perfis conservadores em plataformas digitais, enquanto democratas culpam as empresas por permitir a disseminação de desinformação e discurso de ódio na internet.

Percebendo a possibilidade de unificar os dois lados, Frances disse: “O Facebook quer que vocês se enrolem em um longo debate sobre os detalhes de diferentes abordagens legislativas. Não caiam nesta armadilha. O tempo é importante”, afirmou. Ela pediu aos legisladores que abram a caixa-preta do Facebook porque a empresa não teria os incentivos para ser transparente.

“Estamos aqui por causa de decisões tomadas pela liderança do Facebook. Durante meu período na companhia, o Facebook repetidamente encontrava conflito entre os seus lucros e a segurança dos usuários. A chefia sempre solucionava os problemas em favor de seus lucros”, disse.

DAYCOVAL ASSET INTRODUZ VIÉS DE BAIXA DO PIB DE 2021 (03/12/2021)

Broadcast

O economista-chefe da Daycoval Asset, Rafael Cardoso, acaba de informar que introduziu um viés de baixa na sua projeção de crescimento do PIB para 2021, que atualmente encontra-se em 4,8%. Há mais ou menos um mês o economista trabalhava com uma expansão de 5,3%. Cardoso colocou seus modelos econométricos de alta

frequência para rodar depois do IBGE ter anunciado uma queda de 0,1% da economia do País no terceiro trimestre, colocando-a em uma recessão técnica.

Para o quarto trimestre, segundo o economista, as perspectivas continuam ruins. Nas contas dele, a soma das riquezas brasileiras para o período compreendido entre outubro e dezembro deverá ficar entre zero e 0,1%. "Para o último trimestre, esperamos, a princípio, como indicam nossos modelos de alta frequência, variação entre 0% e 0,1% na comparação com o terceiro trimestre e, desta forma, nossa expectativa de crescimento para 2021 de 4,8% apresenta um viés de baixa", destaca Cardoso.

Ainda, lembra Cardoso, o IBGE revisou a série para 2020. O crescimento de 2020 passou de uma queda de 4,1% para um recuo ligeiramente menor, de 3,9% ante 2019. Também foi revisada a queda no trimestre terminado em junho, de 0,1% para 0,4%.

Cardoso mantém uma projeção relativamente otimista para o PIB em 2022 se comparada com a mediana dos analistas do mercado financeiro no Boletim Focus do Banco Central. No último Focus, considerando-se apenas as 24 respostas nos cinco dias úteis anteriores, a estimativa para o PIB no fim de 2022 caiu de 0,64% para 0,39%. Por sua vez, a Daycoval Asset ainda mantém em suas planilhas um avanço de 0,6%.

MAIORIA DOS MINISTROS VOTA PARA MANTER NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO (03/12/2021)

Broadcast

Elaborado para reverter a cobertura insatisfatória dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário no Brasil, o novo Marco Legal do Saneamento atingiu votos suficientes para ser considerado constitucional pelo STF. Em julgamento seis ministros da Corte já votaram para rejeitar quatro ações que buscavam derrubar a lei, em vigor desde julho de 2020. A ministra Cármen Lúcia foi a última a se manifestar. Para Cármen, o novo marco legal não feriu a autonomia dos municípios, como alegaram os autores da ação que questionaram a lei no STF.

O encaminhamento representa uma vitória para o modelo de prestação de serviços idealizado pelo Congresso e pelo governo, cujo principal pilar é permitir uma entrada mais forte de empresas privadas no fornecimento dos serviços de água e esgoto à população. Para isso, a lei determina que as prefeituras só podem contratar empresas para prestar essa atividade por meio de licitação. Até então, os municípios podiam

fechar contratos diretamente com as empresas estaduais de saneamento. Com isso, as estatais passaram a dominar o setor nas últimas décadas.

O formato, no entanto, foi considerado fracassado ao deixar relevante parte da população desatendida. Hoje, 16% da população não tem fornecimento de água potável e quase metade não é atendida com rede de esgoto. Pelas metas do novo marco, até 2033, as empresas precisam garantir o atendimento de água potável a 99% da população e o de coleta e tratamento de esgoto a 90%.

AÇO BRASIL: CONSUMO APARENTE VAI CRESCER 24,3% EM 2021, PARA 26,7 MI DE TONELADAS (03/12/2021)

Broadcast

O Instituto Aço Brasil divulgou nesta quinta-feira, 2, as suas projeções para este e o próximo ano. A estimativa para 2021 é de crescimento de 24,3% no consumo aparente em 2021, totalizando 26,7 milhões de toneladas. Este bom crescimento deve-se à retomada do mercado interno após a crise de demanda provocada pela pandemia de covid-19 no ano passado. A expectativa é de que a produção de aço bruto cresça 14,7% neste ano (para 36,0 milhões de toneladas) e as vendas internas aumentem 17,0% (chegando a 22,8 milhões de toneladas) em relação a 2020.

Diante desses resultados, o Aço Brasil diz que o mercado interno se encontra plenamente abastecido e que os preços das commodities - que pressionaram os preços dos produtos siderúrgicos ao longo de 2020 e em parte de 2021 - vem se estabilizando e até mesmo decrescendo para alguns insumos.

Com relação a 2022, o Instituto prevê que a produção brasileira de aço bruto terá crescimento de 2,2%, alcançando 36,8 milhões de toneladas. As vendas internas devem aumentar 2,5% na comparação com este ano, chegando a 23,3 milhões de toneladas, enquanto o consumo aparente deve crescer 1,5%, atingindo 27,0 milhões de toneladas.

PEC dos Precatórios passa e viabiliza Auxílio Brasil de R\$ 400 (03/12/2021)

O Estado de S. Paulo.

O Senado aprovou a PEC dos Precatórios, que viabiliza a implantação do Auxílio Brasil – também aprovado – de R\$ 400. A PEC abre espaço para gastos de R\$ 106 bilhões

em 2022, mas o Senado vinculou os recursos ao Auxílio Brasil e a despesas com saúde, Previdência e assistência social. O texto voltará à Câmara. O texto foi alvo de críticas por adiar a partir do próximo ano o pagamento de precatórios, por mudar a regra de cálculo do teto de gastos, a principal âncora fiscal do País. Apesar disso, o governo conseguiu os votos favoráveis no Senado, até mesmo na oposição, incluindo o PT. Foram duas votações. No primeiro turno, o placar foi de 64 a 13; no segundo, de 61 votos a 10.

A PEC abre um espaço de R\$ 106,1 bilhões para novas despesas no Orçamento de 2022. O Senado alterou a redação para “carimbar” a destinação dos recursos ao Auxílio Brasil e para despesas com saúde, Previdência e assistência social. De acordo com especialistas, a vinculação não garantiria esse limite, pois as despesas podem ser manejadas no Orçamento, mas os senadores críticos à PEC acreditam que haverá um compromisso maior com programas essenciais. As mudanças promovidas pelo Senado criaram um impasse com a Câmara e levantaram dúvidas sobre a promulgação da medida. Como os senadores fizeram modificações no texto, por regra a PEC teria de voltar para a análise dos deputados. O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que vai propor que o Congresso faça uma “promulgação parcial” da PEC.

O regimento permite que o Congresso promulgue apenas os trechos que já foram aprovados sem mudança pela Câmara e pelo Senado. Os artigos que foram alterados, neste caso, seguiriam tramitando de forma paralela. A análise das modificações feitas pelos senadores na Câmara só deve ocorrer em 2022, segundo Lira.

Senadores independentes e de oposição que articularam as mudanças na PEC dos Precatórios com o governo já afirmaram que são contra esse “fatiamento” do texto. E cobraram do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho, que busquem um “compromisso” da Câmara com a nova versão. A versão aprovada pelo Senado coloca uma trava no pagamento de precatórios da União até 2026, e não mais até 2036, como estabelecido pela versão aprovada na Câmara. Além disso, o parecer aprovado vinculou o espaço fiscal aberto com o limite no pagamento dos precatórios (uma folga de R\$ 43,8 bilhões em 2022) às despesas com o novo programa social e gastos relacionados à seguridade social.

A folga aberta pela mudança do cálculo do teto de gastos em 2022, calculada em R\$ 62,2 bilhões, também ficou vinculada e será destinada somente às despesas com a aplicação de programas sociais e gastos com saúde, Previdência e assistência social. Com

as vinculações, o governo conseguiu o apoio das maiores bancadas do Senado. Até o PT, maior partido de oposição ao governo Bolsonaro, orientou de forma favorável.

Refis: Relatório exige entrada menor e parcelada (03/12/2021)

Broadcast

Com votação prevista para a próxima semana na Câmara, o relatório do projeto do Refis da covid-19 vai exigir uma entrada menor sobre o total das dívidas para as empresas conseguirem aderir ao programa de parcelamento. O parecer também deverá contar com um dispositivo para impedir novos Refis por 15 anos. O relator do projeto, deputado André Fufuca, disse que a entrada deverá ser fixada em 10% do total da dívida em até dez prestações mensais. O saldo poderá ser pago em 12 anos. Segundo ele, a mudança vai permitir maior adesão das empresas com dificuldades.

As regras serão uniformes para todas as empresas. O projeto aprovado no Senado atrela a entrada e os descontos de multa e juros de mora e encargos legais ao faturamento durante a pandemia. Quanto pior o desempenho da empresa, maior as vantagens com base numa tabela com faixas que variam de 0%, 15%, 30%, 45%, 60% e superior a 80% de queda de faturamento. No projeto aprovado no Senado, a entrada variava de 2,5% a 25%, de acordo com o faturamento.

No parecer da Câmara continuou prevista uma redução de 70% dos juros e multas, e de 100% dos encargos legais, inclusive honorários. “O principal objetivo é salvar as empresas e aumentar a arrecadação para o governo federal”, afirmou o deputado, que é presidente nacional do Progressista. Com a queda do PIB, ele destaca que a renegociação é fundamental para a retomada econômica.

O relator reconheceu que ainda negocia com a equipe do ministro Paulo Guedes, que resiste à mudança e busca manter a vinculação ao faturamento. Um ponto defendido pelas lideranças é que, quando essa regra foi usada no passado, ela não funcionou, com empresas maquiando balanços para terem direito ao parcelamento.

Fufuca deixa claro no texto a inexistência de tributação nos descontos concedidos. Segundo ele, a Receita considera esses descontos como ganho para o contribuinte, o que tem sido matéria judicializada. “Não faz sentido dar com uma mão e retirar com a outra.” O tributarista Luiz Bichara disse que a versão do relatório apresentada aos líderes simplifica muito as regras ao uniformizar o acesso das empresas.

Ele defende o direito ao uso integral dos prejuízos para o pagamento da dívida. Pelo parecer, a adesão poderá ser feita até o último dia útil do terceiro mês subsequente à data de publicação da Lei, sendo possível incluir os débitos vencidos até o último dia do mês imediatamente anterior à entrada em vigor da nova legislação.

O Ministério da Economia vê com preocupação o parcelamento, que segundo a Receita alimenta os “viciados do Refis”. São contribuintes que entram no Refis e deixam de pagar à espera do parcelamento. O ministério não descarta recomendar vetos ao presidente Bolsonaro se a perda for grande. O impacto da pandemia na economia, porém, tem reforçado a necessidade do Refis. Os deputados apontam que o último Refis, de 2017, gerou arrecadação de R\$ 63 bilhões em quatro anos.

Ministros do STF mantêm validade do novo marco de saneamento (03/12/2021)

O Estado de S. Paulo.

Aprovado para reverter a cobertura insatisfatória dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário no Brasil, o novo marco legal do saneamento foi considerado constitucional pelo STF. Em julgamento que terminou ontem, os ministros da Corte rejeitaram, por sete votos a três, quatro ações que buscavam derrubar a lei – em vigor desde julho de 2020. A decisão representa uma vitória para o modelo de prestação de serviços idealizado pelo Congresso e pelo governo, cujo principal pilar é permitir uma entrada mais forte de empresas privadas no fornecimento dos serviços de água e esgoto à população. Para isso, a lei determina que as prefeituras só podem contratar empresas para prestar essa atividade por meio de licitação. Até então, os municípios podiam fechar contratos diretamente com as empresas estaduais de saneamento. Com isso, as estatais passaram a dominar o setor nas últimas décadas.

Hoje, 16% da população não tem fornecimento de água potável e quase metade não é atendida com rede de esgoto. Pelas metas do novo marco, até 2033 as empresas precisam garantir o atendimento de água potável a 99% da população e o de coleta e tratamento de esgoto, a 90%. Com a abertura ao setor privado, o governo espera superar o déficit de investimento que marcou o saneamento no Brasil. Há cálculos que apontam a necessidade de até R\$ 750 bilhões para garantir a universalização dos

serviços no País. Desde que o novo marco foi sancionado, já foram realizados cinco leilões no setor, com a atração de R\$ 37,7 bilhões em investimentos.

Vitrine do governo, crédito imobiliário da Caixa fica mais caro (03/12/2021)

Broadcast

Após segurar as taxas de juros do financiamento imobiliário na maior parte do ano, mesmo com a economia brasileira ainda fraca, a Caixa Econômica Federal, enfim, subiu o sarrafo. O intervalo da taxa cobrada em empréstimos corrigidos pela Taxa Referencial (TR) – que representam a grande maioria da carteira – aumentou de 7% a 8% ao ano para 8% a 8,99% ao ano. Se for considerada a média da taxa, a prestação de um financiamento de R\$ 300 mil aumentará de R\$ 2.646 para R\$ 2.879. A nova taxa da linha corrigida pela TR entrou em vigor dia 23 de novembro e aparece no site da Caixa. A página da instituição não informa, no entanto, que os reajustes aconteceram nem traz comparativos. Os dados anteriores haviam sido coletados pela reportagem em outubro.

A linha corrigida pela poupança continua com taxas a partir de 2,95%. Em outras linhas, houve reajustes nos últimos meses. Na atrelada ao IPCA, houve alta no piso, de 3,55% para 3,95%. O teto, de 4,95% ao ano, se manteve. Já a modalidade com taxa fixa foi a que mais subiu – de 8,25% a 9,75% para 9,75% a 10,75%.

O crédito para o mercado imobiliário tem sido uma das principais vitrines do governo de Jair Bolsonaro. Foi em sua gestão, por exemplo, que a Caixa lançou as linhas de financiamento corrigidas pelo IPCA e pela poupança, o que era um pleito antigo das incorporadoras imobiliárias.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.***

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS ESOCIAIS

Atualizado 01.12.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24
Brasil	1,78	1,41	-4,06	5,02

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,29
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

Taxas de crescimento (%) do Valor Adicionado por setores e atividades selecionadas – Ceará – 2º Trimestre de 2021 (Relação a igual período do ano anterior)

Setores e Atividades	2º Trim. 2020 (*)	3º Trim. 2020 (*)	4º Trim. 2020 (*)	1º Trim. 2021 (*)	2º Trim. 2021 (*)	Acumulado no ano (*)
Agropecuária	22,95	9,39	1,58	1,8	-5,42	-2,88
Indústria	-29,93	-1,13	1,6	7,17	44,96	22,92
Extrativa Mineral	-85,83	-87,62	-86,76	-84,37	-10,25	-73,61
Transformação	-38,2	4,75	5,61	5,63	57,91	26,08
Construção Civil	-18,13	10,88	4,38	7,82	39,08	21,77
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-18,77	-23,4	-3,82	21,32	32,39	26,29
Serviços	-12,62	-1,42	-0,57	-0,51	15,94	6,52
Comércio	-23,82	6,72	4,05	1,23	38,06	14,22
Alojamento e Alimentação	-13,01	-16,06	-11,05	-9,23	1,33	-4,35
Transportes	-18,92	-7,35	-2,35	0,57	20,92	9,63
Intermediação Financeira	-13,86	-0,65	-0,03	1,43	18,69	9
Administração Pública	-4,81	-4,04	-2,1	-1,82	5,82	2
Outros Serviços	-2,59	-3,98	-2,95	-3,27	4,48	0,49
Valor Adicionado (VA)	-13,76	-0,7	-0,07	1,28	18,48	8,8
PIB	-13,74	-0,78	-0,17	1,14	18,34	8,65

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Em comparação ao mesmo período do ano anterior

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-SET/18	JAN-DEZ/18	JAN-SET/19	JAN-DEZ/19	JAN-SET/20	JAN-DEZ/20	JAN-SET /21
Ceará	1,79	2,03	2,09	2,36	-2,79	-1,88	3,67
Nordeste	1,69	1,64	0,42	0,61	-2,77	-1,94	3,86
Brasil	1,11	1,25	0,88	0,99	-5,11	-3,94	5,88

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-OUT)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Exportações	1.878,86	1.935,10	1.583,74	2.184,80	37,95
Importações	2.201,03	1.976,03	2.001,93	2.927,15	46,22
Saldo Comercial	-322,17	-40,93	-418,20	-742,36	77,51

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até outubro)
Brasil (R\$ Tri)	3,26	3,48	4,02	4,50
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	98,25

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE – CEARÁ				
	Variação Acumulada de Janeiro a Setembro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,6	1,4	-12,0	11,9
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,4	-0,8	-15,1	11,1
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,7	-1,5	-9,2	-0,8
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,2	2,7	-8,4	10,5
	Variação acumulada de Janeiro a Outubro			
INFLAÇÃO	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	3,81	2,60	2,22	8,24
IPCA - FORTALEZA	2,91	3,45	3,40	8,87
IPCA - 15 – BRASIL*	4,03	2,83	3,13	9,57
IPCA - 15 – FORTALEZA*	3,17	3,55	4,49	10,53
INPC - BRASIL	3,55	2,67	2,95	8,45
INPC - FORTALEZA	2,48	3,28	3,84	9,07
IGP – M*	8,73	5,11	21,97	16,77

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior

*Atualizado até novembro.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.2
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	12,4
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	46,7
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.408 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
<i>Formal (mil)</i>	1.630	1.702	1.534	1.618
<i>Informal (mil)</i>	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Outubro/2021

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2021*	410.704	337.957	72.747
2020*	373.004	366.751	6.253
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.196.776	6.670.035	526.741
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			596.289

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ
 CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até outubro)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.514.244
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.794.560
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	48.882.150
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,10
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: * **O estoque de empregos 2021:** Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Mensal - 2020 e 2021 - CEARÁ

Mês	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
jan	36.750	34.330	2.420	42.082	35.917	6.165
fev	38.000	30.978	7.022	45.306	35.411	9.895
mar	33.409	41.174	-7.765	36.213	40.721	-4.508
abr	12.977	49.211	-36.234	31.675	30.359	1.316
mai	14.805	26.857	-12.052	32.580	29.810	2.770
jun	19.453	23.080	-3.627	38.811	30.204	8.607
jul	27.951	22.883	5.068	43.962	31.920	12.042
ago	35.003	24.513	10.490	49.046	33.331	15.715
set	38.335	27.078	11.257	47.697	34.528	13.169
out	44.360	29.453	14.907	43.332	35.756	7.576
nov	41.053	27.208	13.845			
dez	30.908	29.986	922			

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 e 2021 - CEARÁ

Mês	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
jan	36.750	34.330	2.420	42.082	35.917	6.165
jan-fev	74.750	65.308	9.442	87.388	71.328	16.060
jan-mar	108.159	106.482	1.677	123.601	112.049	11.552
jan-abr	121.136	155.693	-34.557	155.276	142.408	12.868
jan-mai	136.941	182.550	-45.609	187.856	172.218	15.638
jan-jun	155.394	205.630	-50.236	226.667	202.422	24.245
jan-jul	183.345	228.513	-45.168	270.629	234.342	36.287
jan-ago	218.348	253.026	-34.678	319.675	267.673	52.002
jan-set	256.683	280.104	-23.421	367.372	302.201	65.171
jan-out	301.043	309.557	-8.514	410.704	337.957	72.747
jan-nov	342.096	336.765	5.331			
jan-dez	373.004	366.751	6.253			

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-OUT)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Abertura	60.237	73.095	73.714	94.621	28,36
Fechamento	67.510	26.764	22.811	32.326	41,71
Total	-7.273	46.331	50.903	62.295	22,38

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-OUT)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
	14.566.356	15.093.577	12.993.844	18.107.987	39,36%

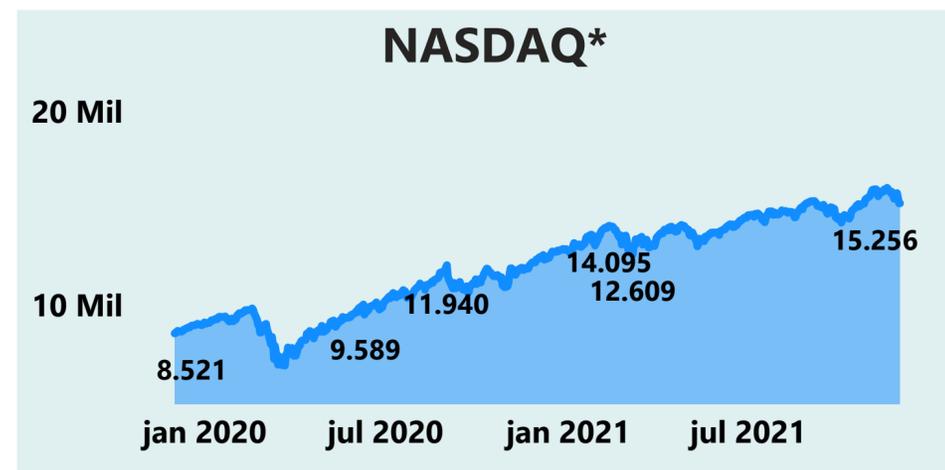
Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-SET)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	8.515.422	8.700.779	8.418.419	9.315.112	10,65

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

Núcleo de Inteligência da ADECE/SEDET

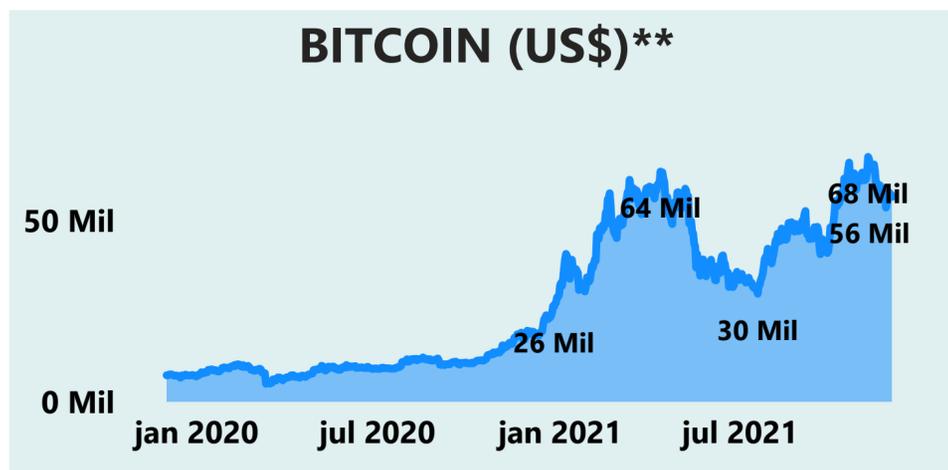
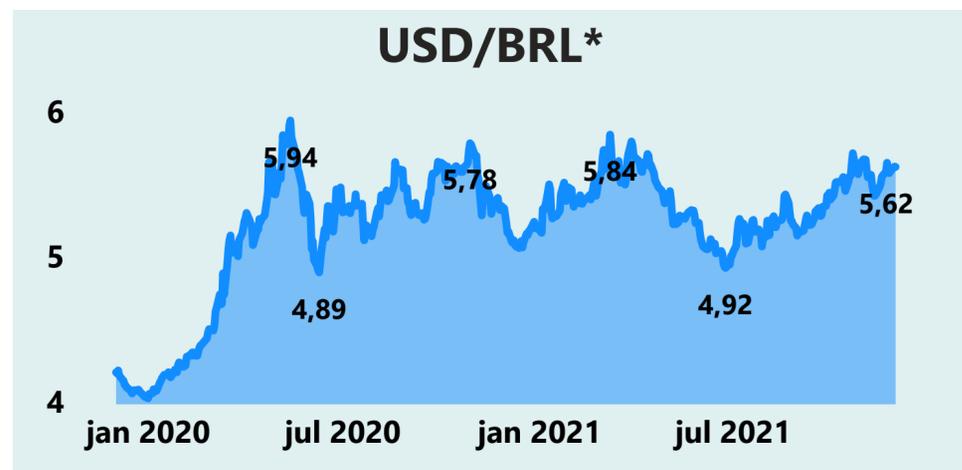
BOLSAS



Última data disponível (*)
02/12/2021

Última data disponível (**)
02/12/2021

MOEDAS

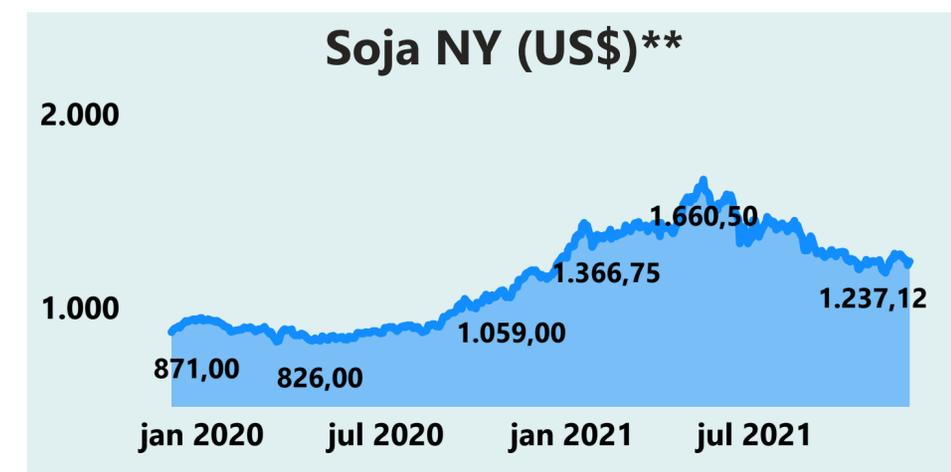
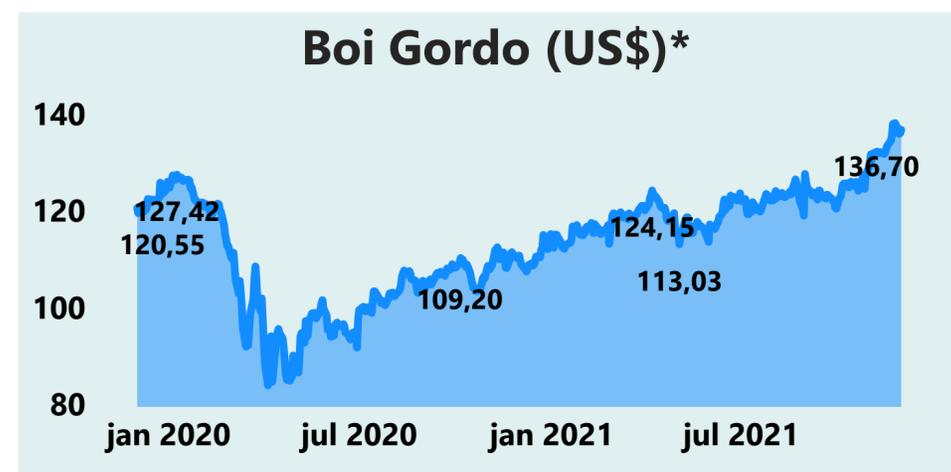
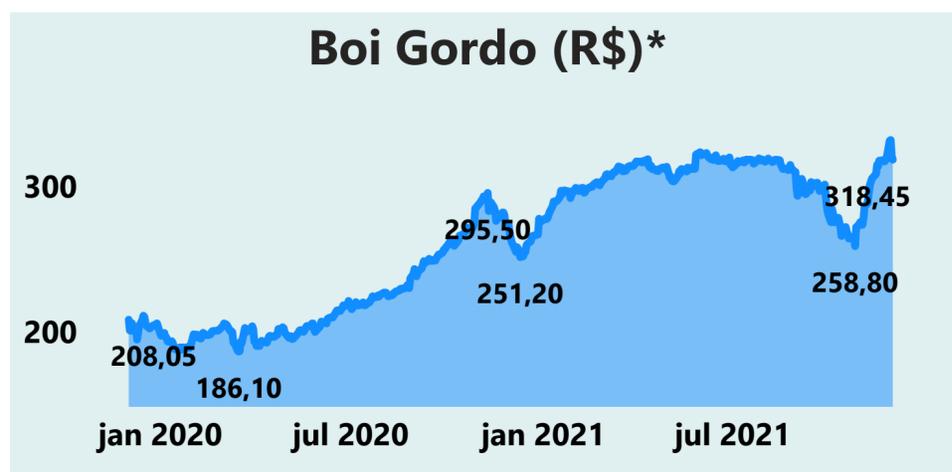
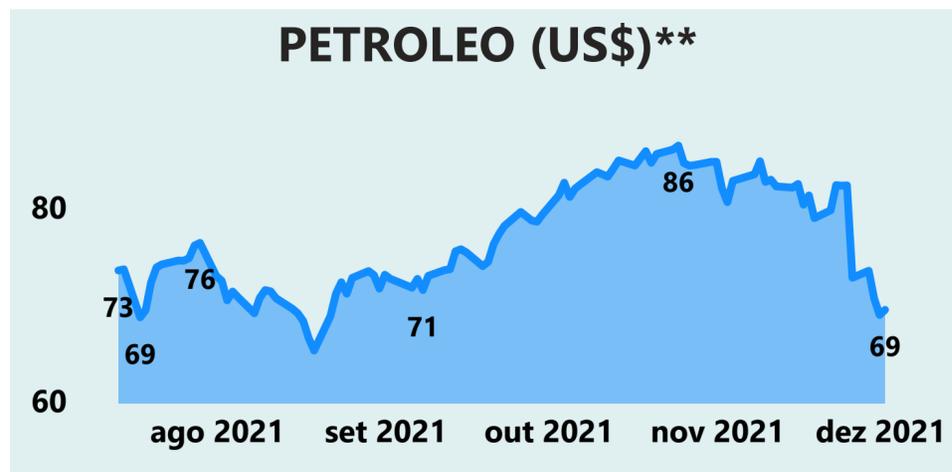


Última data disponível (*)

02/12/2021

Última data disponível (**)

02/12/2021

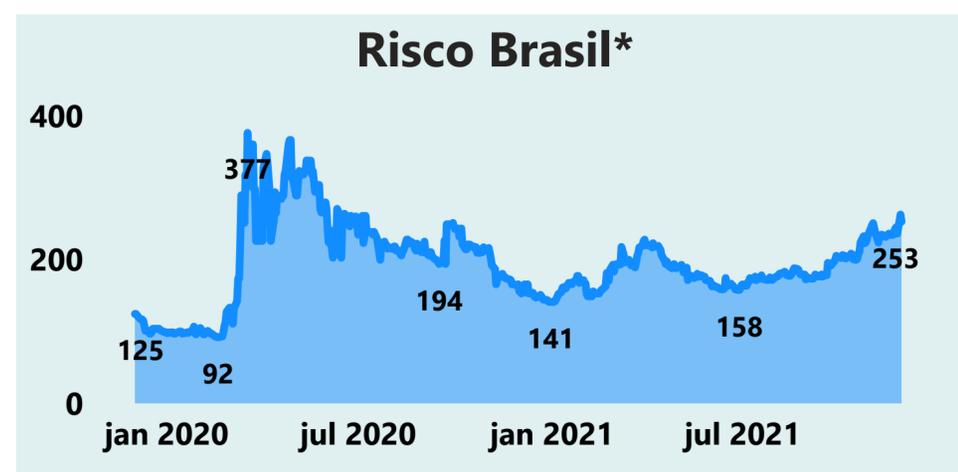
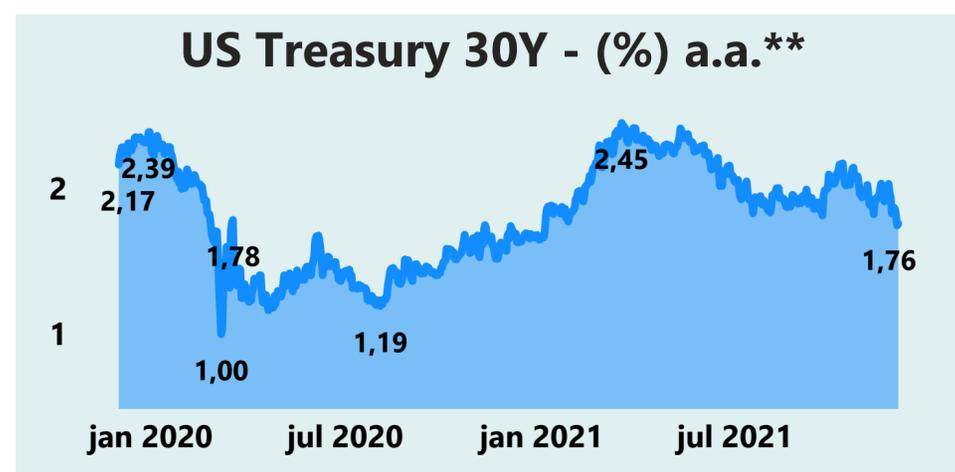
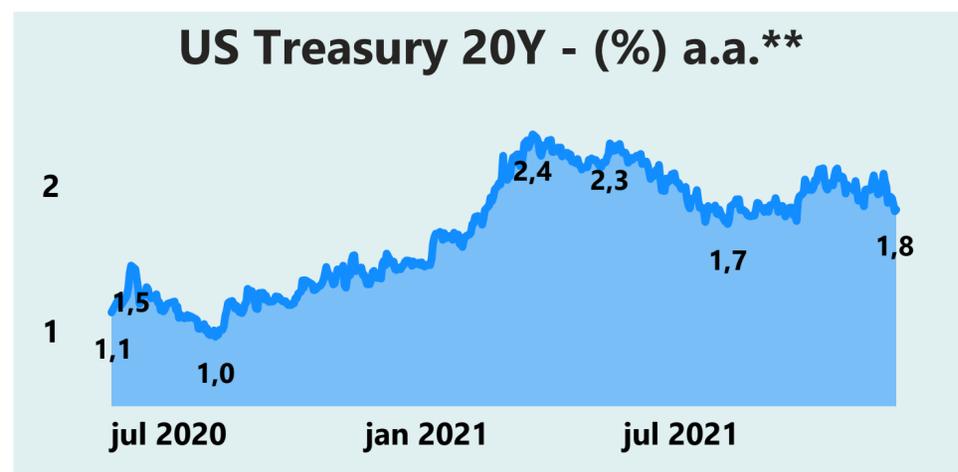
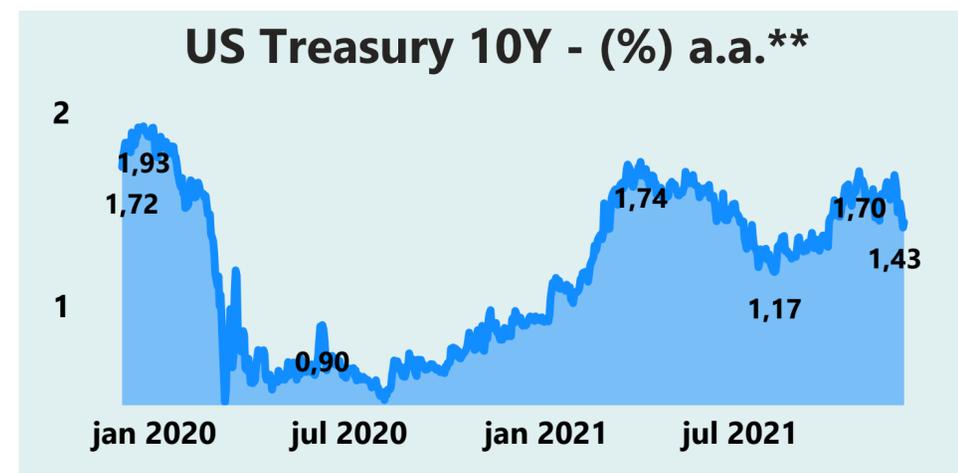
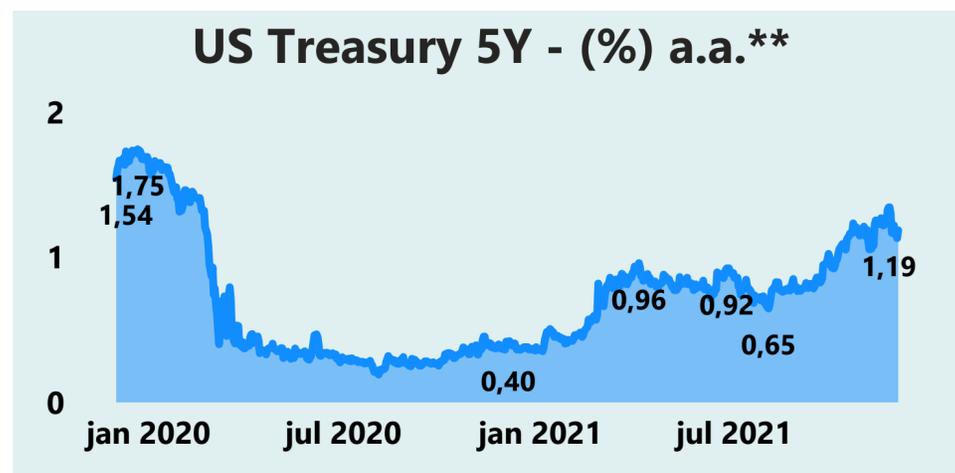
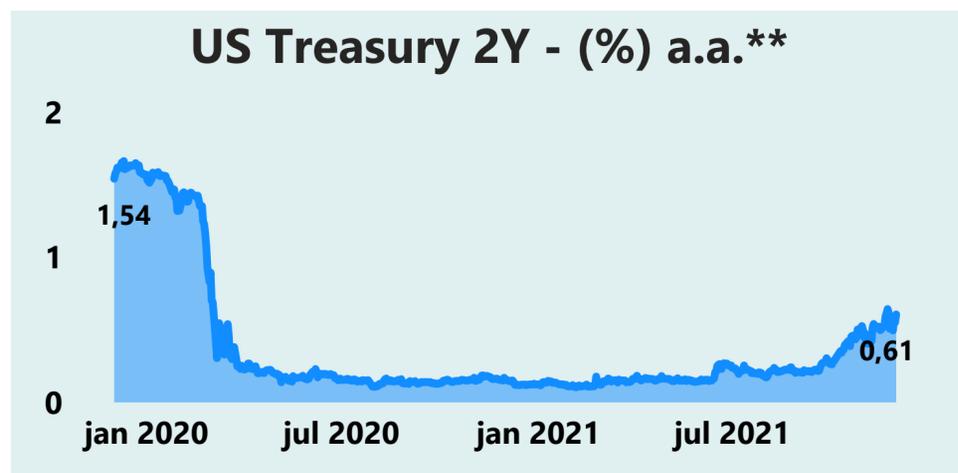


Última data disponível (*)

02/12/2021

Última data disponível (**)

02/12/2021

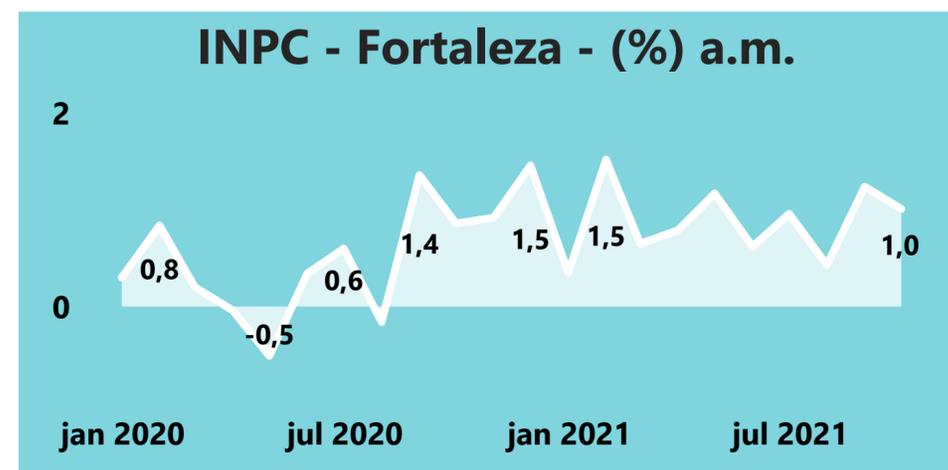
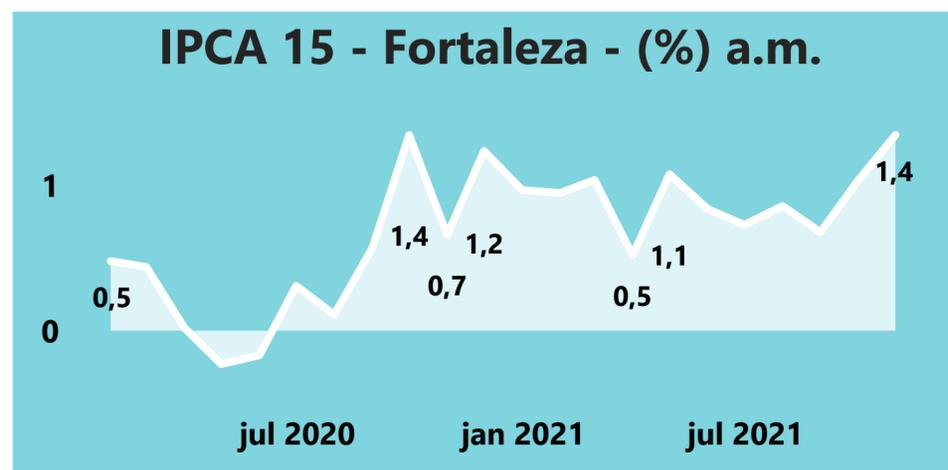
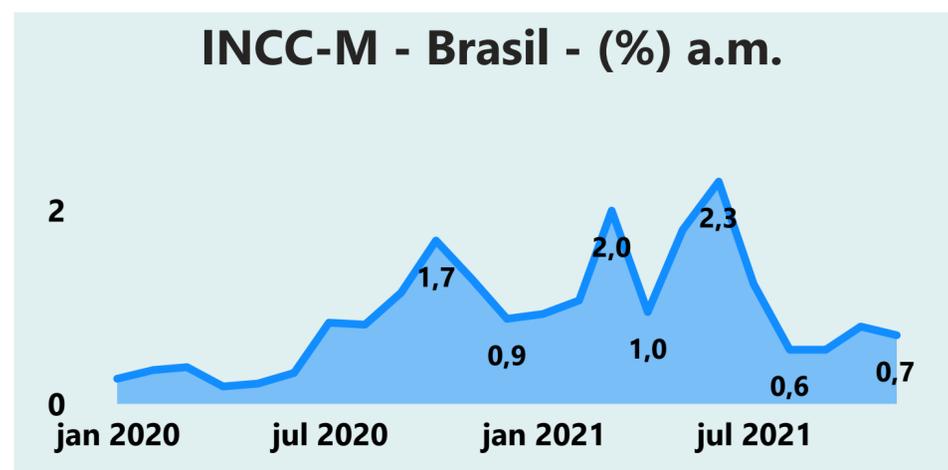
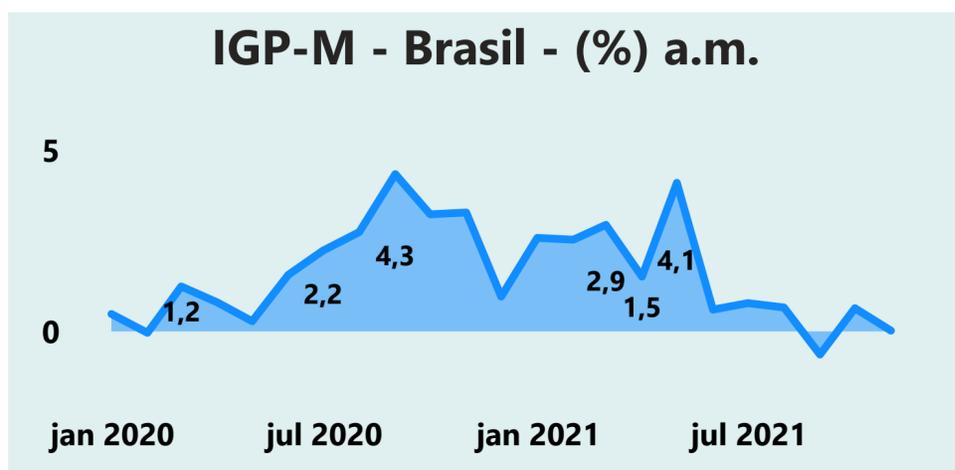
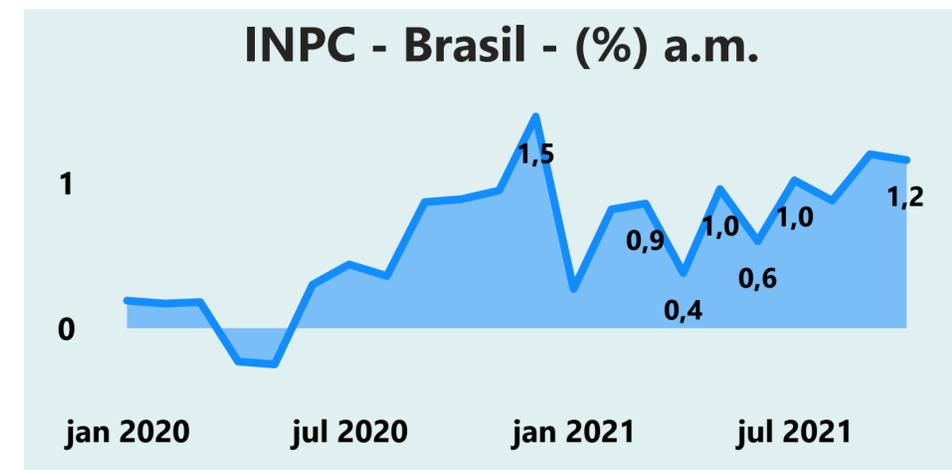
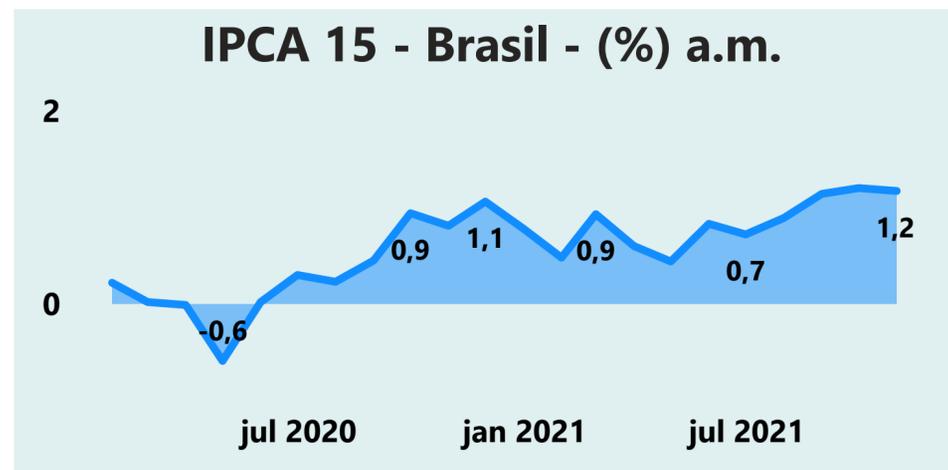
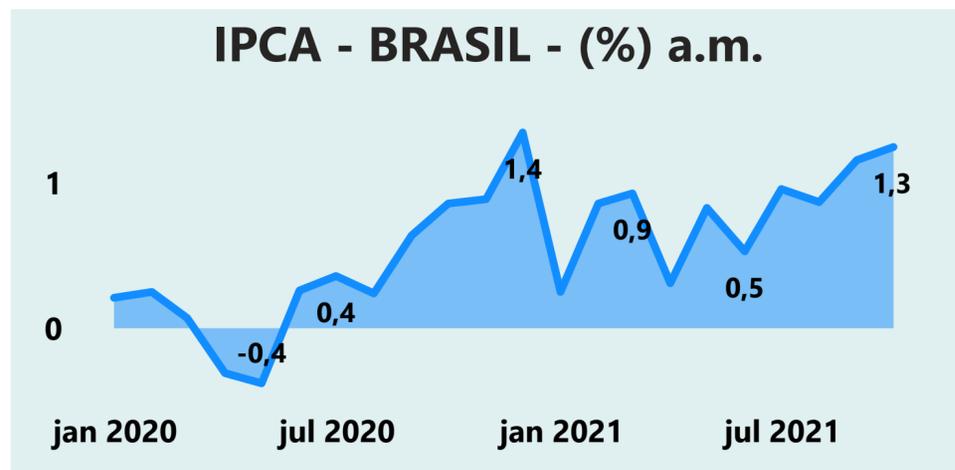


Última data disponível (*)

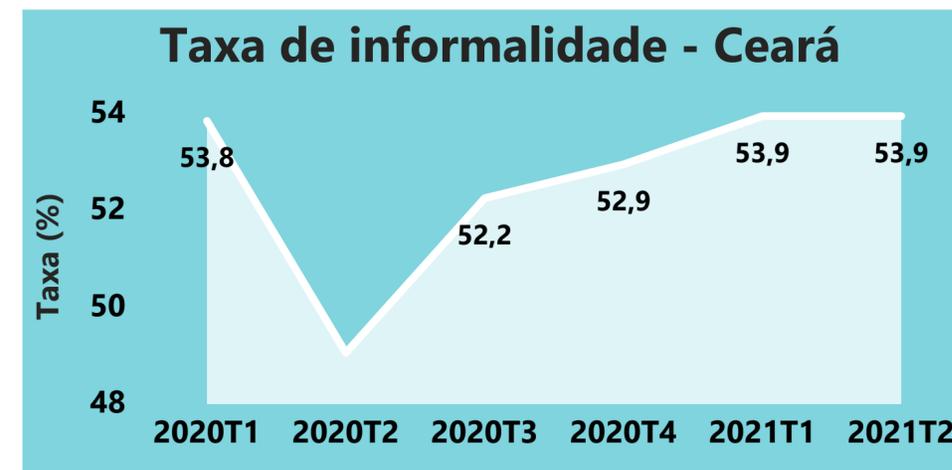
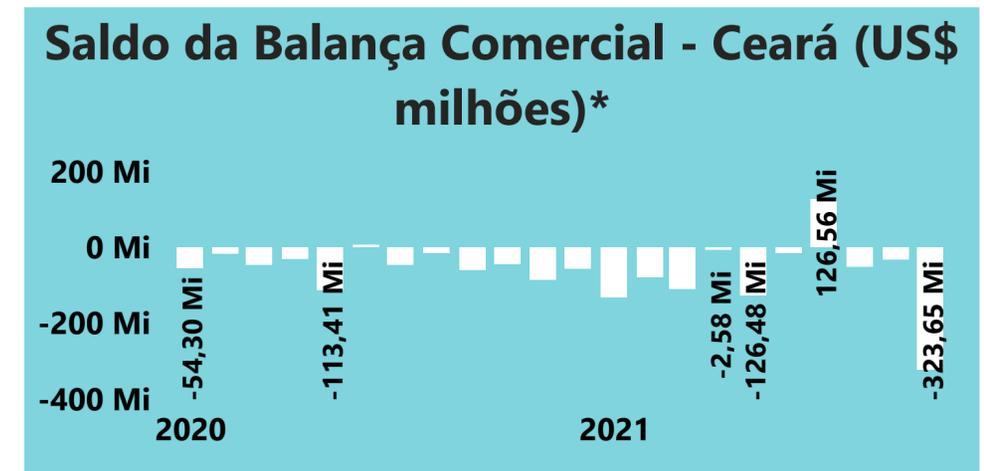
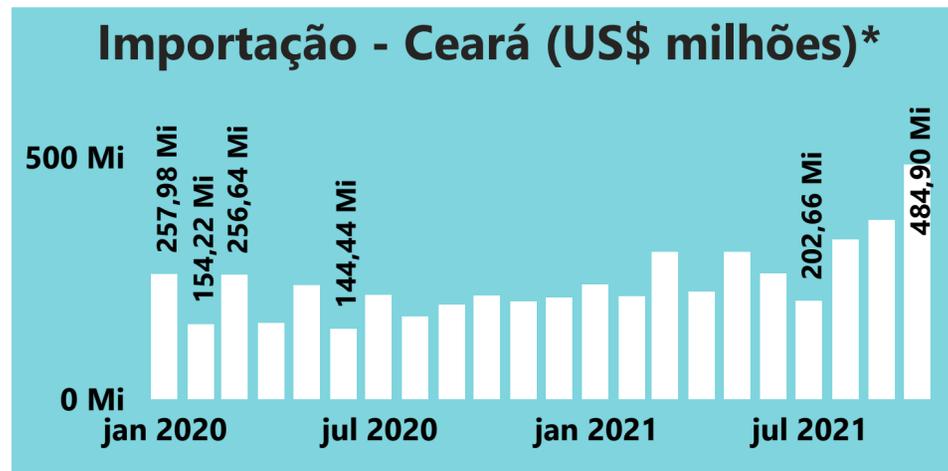
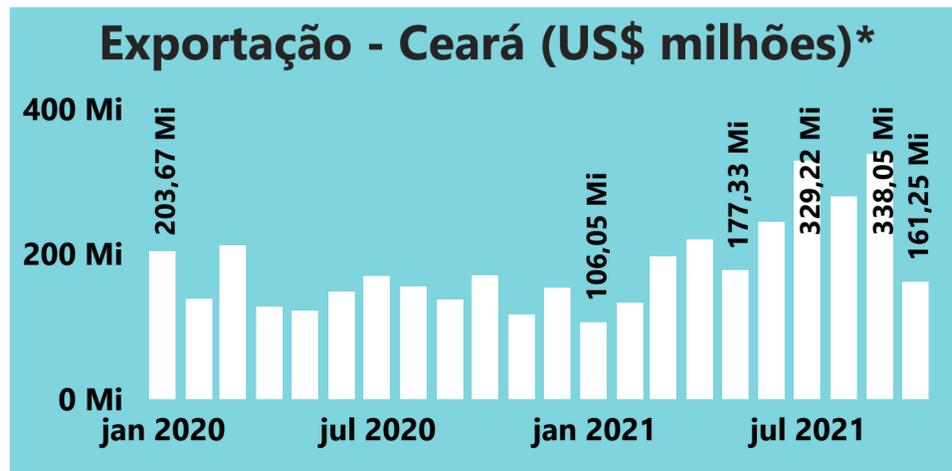
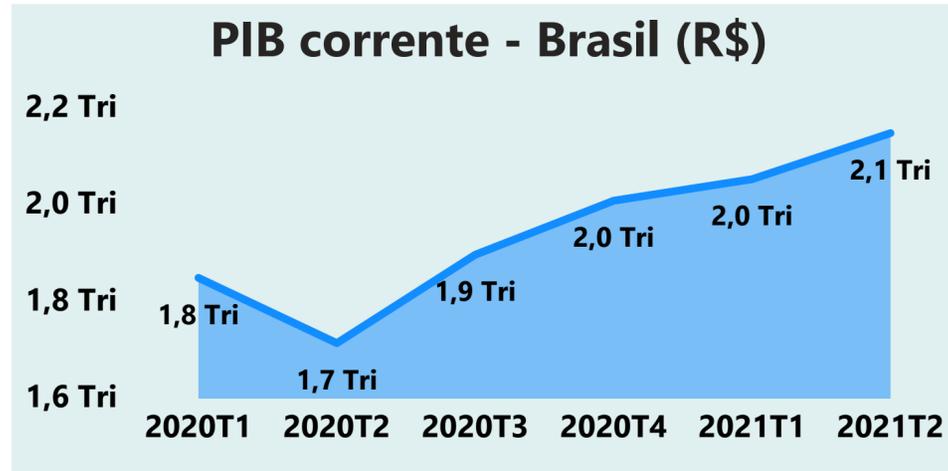
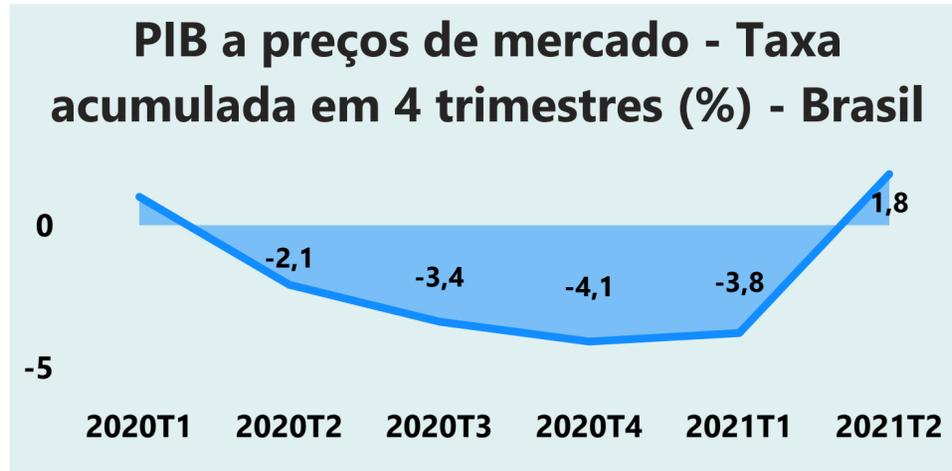
02/12/2021

Última data disponível (**)

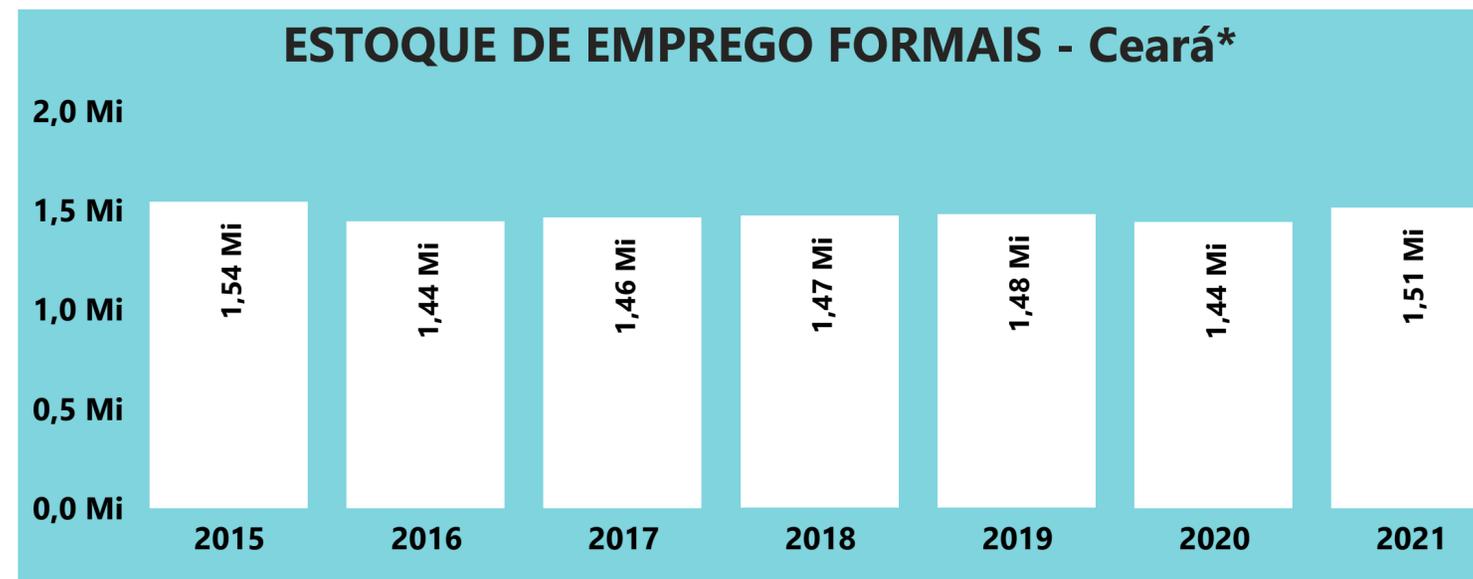
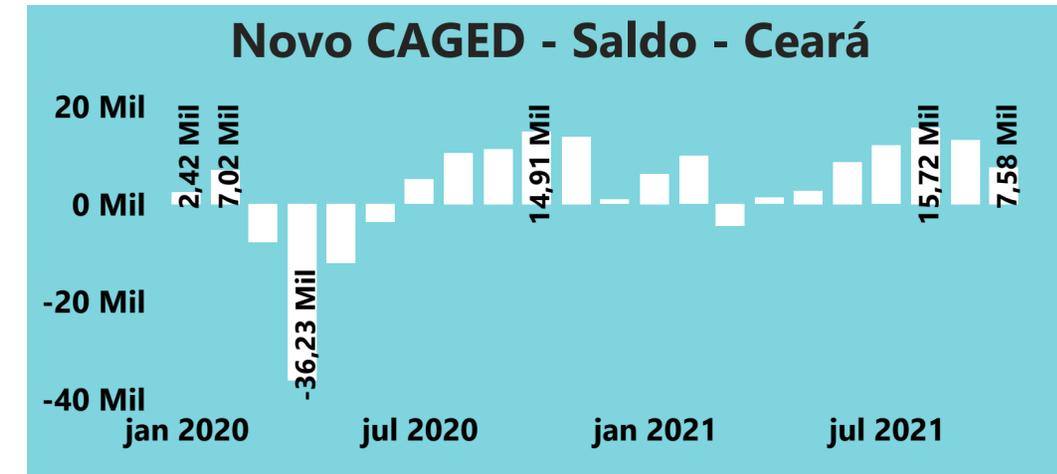
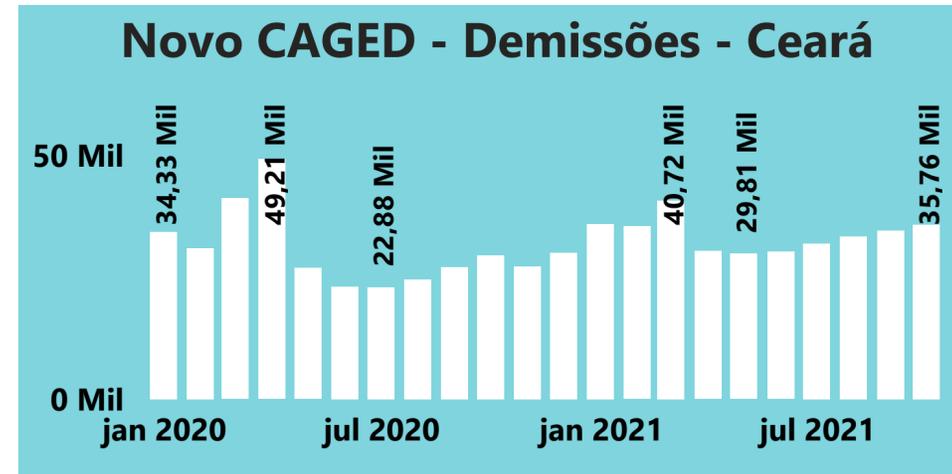
02/12/2021



Índices disponíveis até
2021-10



Última data disponível (*)
2021-10



* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Petroleo (US\$): O petróleo Brent é um petróleo mais leve, negociado na Bolsa de Londres com produção no mar do norte da Europa e na Ásia. Ele é usado como preço de referência no mundo, isto é, quando você ouve ou lê uma notícia sobre o preço do barril de petróleo, o Brent é o mais citado. Ele é negociado em barril (159 litros).

Ouro (US\$): Gold Futures (GC) são negociados na bolsa COMEX, que faz parte do CME (Chicago Mercantile Exchange) Group. Cada contrato Gold Futures (GC) padrão representa 100 onças troy de ouro, que é o peso de um tijolo de ouro.

Prata (US\$): Os contratos futuros de prata representam 5.000 onças troy de prata e operam em dólares americanos por onça. (\$/oz). Os preços dos contratos variam em movimentos de \$0,05, sem limite por sessão e são negociados para os seguintes meses de expiração: janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro.

Boi Gordo (R\$): O futuro de boi gordo é um ativo financeiro negociado por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) da B3, e é utilizado como um meio de gestão de risco sobre as oscilações de preços dessa commodity, que é uma das principais do Brasil – país considerado um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Cada contrato equivale à negociação de 330 arrobas líquidas – sendo que cada arroba líquida equivale a 15 quilos – oriundas do animal que tem essas características. Ou seja, cada contrato negocia o equivalente a 4.950 quilos desse ativo-objeto.

Boi Gordo (US\$): O gado vivo é alimentado até o ponto de pesagem da colheita. Os contratos de gado vivo vêm com entrega física. Cada contrato futuro de gado vivo representa 40.000 libras com uma flutuação de preço mínima de \$ 0,00025 por libra, ou \$ 10 por tick. O contrato é negociado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 13h05, horário central (CT).

Onça troy: Unidade de peso do sistema *troy*, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas. Um quilograma equivale a 32,15 onças-*troy*.